



**Universidade:
presente!**

**UFRGS
PROPEAQ**

XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Salão UFRGS 2019
CONHECIMENTO FORMACÃO INOVACÃO

| | |
|-------------------|--|
| Evento | Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS |
| Ano | 2019 |
| Local | Campus do Vale - UFRGS |
| Título | Fragmentos de cuidado? Reflexões acerca da intersetorialidade e integralidade dos cuidados aos bebês em situação de acolhimento institucional implicadas na relação entre Saúde e Assistência Social a partir de uma pesquisa documental |
| Autor | ADRIANA DE PAULA DIAS |
| Orientador | RITA DE CASSIA SOBREIRA LOPES |

FRAGMENTOS DE CUIDADO? Reflexões acerca da intersetorialidade e integralidade dos cuidados aos bebês em situação de acolhimento institucional implicadas na relação entre Saúde e Assistência Social a partir de uma pesquisa documental

Autora: Adriana De Paula Dias

Orientadora: Rita de Cássia Sobreira Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Psicologia

No Brasil, a Atenção Básica tem como um de seus eixos de atuação a saúde da criança, com especial atenção até os dois anos de vida do bebê. Neste período, é realizado o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, que envolve ações relacionadas ao aleitamento materno, ao fortalecimento dos vínculos entre a criança e seus cuidadores e demais cuidados voltados à saúde integral. Visando assegurar o direito das crianças que encontram-se em situação de vulnerabilidade, violência, negligência, abandono ou risco, as políticas de Assistência Social, de acordo com o que é previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecem que em algumas situações, depois de extintos todos os recursos para a manutenção na família de origem, extensa ou comunidade, a criança seja encaminhada para um serviço de acolhimento. Tendo em vista a importância de pensar a integralidade do cuidado e a intersetorialidade enquanto um dos pressupostos tanto do campo da Saúde, quanto da Assistência Social, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise documental acerca do cuidado à saúde do bebê nestes dois contextos, bem como a articulação que se estabelece entre eles. Tal análise compreende os documentos, e em especial os de domínio público, enquanto registros da própria construção social de uma determinada época, ajudando a entender como estes dispositivos se propõem a informar a população. Para tal, foram selecionados 20 documentos do Portal da Atenção Básica, dentre os 213 disponíveis no mês de abril (2019), tendo como critério a identificação em seu título, apresentação ou sumário, de substancial referência à saúde da criança na faixa etária de zero a dois anos. Também foram selecionados 16 documentos do Portal do Ministério da Cidadania, dentre os 168 disponíveis no mês de maio (2019), tendo como critério a identificação em seu título, apresentação ou sumário, de substancial referência às ações de proteção à infância, especialmente àquelas voltadas para crianças em situação de acolhimento institucional. Nesta análise foram considerados os documentos classificados pelos portais enquanto Relatórios, Protocolos, Livros, Cartilhas, Guias e manuais, Planos, Orientações Técnicas, Folders, Perguntas e Respostas, Cadernos e Prontuários, além da Caderneta de Saúde da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa análise documental considerou os aspectos manifestos e latentes dos materiais. A maior parte dos documentos da Atenção Básica não aborda especificidades do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças institucionalizadas. Embora seja observada uma tentativa de adequar as orientações e intervenções às particularidades étnicas, culturais e socioeconômicas de cada contexto, há uma clara tendência a apresentar a figura da mãe como principal cuidadora, evidenciando uma visão mais tradicional de família e de cuidados. Assim, aponta-se a necessidade de atentar-se para outras estruturas de rede de cuidados, que contemplem especialmente as singularidades implicadas nos contextos de acolhimento. Já nas publicações referentes à Assistência Social, foi possível observar a existência de muitas Leis e ações socioassistenciais voltadas para esta população. Todavia, ainda que seja destacada a importância dos vínculos afetivos e cuidados, principalmente na primeira infância, não há maiores orientações técnicas acerca do acompanhamento do crescimento e desenvolvimento ou atenção à saúde dos bebês em situação de acolhimento institucional. Desta forma, não são referidas ações intersetoriais entre esses dois campos. A partir desta análise, pode-se questionar em que medida a integralidade e intersetorialidade implicadas na relação entre Saúde e Assistência Social está sendo efetiva para que o cuidado direcionado às crianças em situação de acolhimento não seja fragmentado.